

# Brasil espera para renegociar dívida

JORNAL DE BRASÍLIA

EXT.

2 NOV 1986  
Valter Melo

O governo brasileiro está adiando a data do início de fato da renegociação da dívida externa, na medida em que prefere, por enquanto, manter apenas contatos informais com os credores para observar a evolução do pensamento da comunidade financeira internacional e a sua maneira de agir em relação à dívida do Terceiro Mundo. No plano interno, as autoridades se encontram empenhadas de resguardar os candidatos do PMDB, PFL e demais partidos de apoio à Aliança Democrática dos desgastes eleitorais frente à esquerda.

Há um prazo formal, até março de 1987, para que o Brasil acerte um acordo plurianual de amortização da dívida externa junto aos bancos comerciais. O governo Sarney já demonstrou a intenção de rejeitar o aval do FMI para as negociações de cerca de US\$ 76,9 bilhões (US\$ 66,9 bilhões de longo prazo e US\$ 9,9 bilhões de curto prazo). Porém, os credores estão refratários quanto à idéia de retirar o FMI do conteúdo das negociações.

O presidente do Banco de Boston, Ira Stepanian — que esteve em Brasília no início de outubro —, considera até possível dispensar a assessoria do FMI, desde que se nomeie um substituto. Na sua opinião, as negociações envolvem assuntos de soberania de um país, e somente uma instituição multilateral, como o FMI e o Banco Mundial, poderia tratar adequadamente o problema.

O raciocínio do banqueiro norte-americano é técnico: o Comitê de Assessoramento dos bancos está preparado apenas para negociar prazos e juros. Assim, quem irá cuidar do problema de soberania? Ou seja, qual organismo se encarregará de obter o compromisso do credor de adotar uma política econômica interna e externa de forma a garantir o pagamento da própria dívida.

A posição adotada pelo governo brasileiro — «de esperar que a fruta amadureça, com o devido cuidado para que ela não caia sobre a cabeça», nas palavras do presidente do Banco Central, Fernão Bracher — é apenas uma estratégia de aguardar a Constituinte e ver até que ponto o governo se sairá fortalecido.

O acordo de reescalonamento da dívida do México, assinado em fins de setembro com o aval do FMI, foi um fato novo importante, mas não ajudou muito a posição brasileira. Bracher disse, esta semana, que vai pleitear algo próximo ao «spread» (taxa de risco) mexicano, de 0,812%. No acordo provisório obtido pelo Banco Central, envolvendo as amortizações de 1985 e 1986, foi fixada uma taxa de 1,12% para a dívida externa do setor público e de 1,25% para a do setor privado. Mas sobre o estoque anterior da dívida, prevalecem ainda 2% acima da «libor» (juros do euromercado) e 1,3/4% sobre a «prime rate» (dos EUA), um dos níveis mais altos do mundo, que deverão de ser reduzidos.